

Municipalização da Saúde em São Paulo

28 DEZ 1992

VICENTE AMATO NETO

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem no município sua base operacional fundamental. A *municipalização da assistência médica*, como se convenção chamou esta transferência de responsabilidade assistencial, dos governos federal e estaduais para os municípios, é a primeira e indispensável etapa a ser cumprida, uma vez tomada a decisão política de implantar o SUS.



No Estado de São Paulo, a atual administração, em consonância com a decisão assumida durante a década dos anos 80, agiu firmemente para tornar realidade a municipalização da Saúde.

Esta realidade já pode agora ser anunciada pelo governador do Estado como meta em vias de ser plenamente alcançada.

No Estado de São Paulo, em novembro de 1992, apenas sete municípios ainda não haviam aderido ao SUS, deixando de assinar os correspondentes convênios com o governo estadual. Praticamente mesmo nestes, porém, isto está na iminência de ser concretizado.

Na Capital, os entendimentos se prolongaram além do esperado. Isto talvez possa ser justificado pelas extraordinárias dimensões da estrutura assistencial objeto desses entendimentos. Afinal, o que está em discussão são sistemas ambulatoriais e hospitalares — federais, estaduais e municipais — necessários ao atendimento de 10 milhões de pessoas. A partir de 12 de setembro, contudo, com a assinatura do competente convênio, governo do Estado e Prefeitura

deram início à municipalização ~~também~~ na Capital. Decorridos menos de 90 dias, já foram assinados três termos aditivos ao convênio celebrado, os quais permitiram a transferência, para a Prefeitura da Capital, de 51 unidades ambulatoriais de médio e grande portes. Ainda agora, em dezembro, um quarto termo aditivo está em estudos para a transferência do gerenciamento do Estado para o município.

Os 53 municípios recentemente criados em nosso Estado, que a partir de 1º de janeiro vão receber suas primeiras administrações — eleitas em 3 de outubro —, não terão dificuldades para assinar seus convênios. Já foi definido o programa, para cada um deles, pelas cinco macrorregiões em que se divide o Sistema de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde.

São Paulo está, portanto, na vanguarda da implantação do

SUS, em todo o País. É muito provável que tudo fique plenamente definido ainda no primeiro semestre do ano que irá se iniciar.

Superada a fase da municipalização da assistência à Saúde, torna-se prioritário, e de imediata necessidade, envidar todos os esforços para tornar o SUS uma estrutura realmente eficiente e capaz de oferecer à população aquilo que ela legitimamente reivindica: serviços qualificados e resolutivos, à altura das possibilidades da medicina moderna.

Este o grande desafio que a administração de Saúde do Estado de São Paulo aceitou e procura superar.

É chegado o momento de configurar no binômio qualificação e resolutividade as metas a serem perseguidas e alcançadas.

■ *Vicente Amato Neto é secretário de Saúde do Estado de São Paulo*